

TRIBUNA

CONTEÚDO, PARCERIA E RESULTADO

TERÇA-FEIRA
13 DE MAIO DE 2025



EDIÇÃO
DIGITAL



PUBLICIDADE LEGAL

📞 (41) 99973 7688

publicidadalegal@tribunadoparana.com.br

Sociedade Rádio Emissora Paranaense S.A. CNPJ: 76.494.806/0001-45
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e relatório do auditor independente

Balanços patrimoniais							
Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de Reais)							
Ativo	Nota explicativa	2024	2023	Passivo	Nota explicativa	2024	2023
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	678	6.574	Fornecedores	17	5.569	6.853
Aplicações Financeiras	9	-	2.554	Arrendamento	14	4.206	3.328
Contas a receber de clientes	10	28.494	28.530	Obrigações sociais e trabalhistas	18	20.053	16.628
Despesas antecipadas		724	624	Obrigações tributárias	19	3.753	4.353
Tributos a recuperar	11	3.490	1.417	Comissões e bonificações		465	1.667
Outras contas a receber	12	5.060	6.259	Adiantamento de clientes	20	7.471	5.934
Total ativo circulante		38.446	45.958	Outras contas a pagar	21	233	222
				Total passivo circulante		41.750	38.985
Ativo não circulante							
Depósitos judiciais	22	1.631	1.503	Passivo não circulante			
Ativo fiscal diferido	23.a	7.912	7.946	Arrendamento	14	19.287	21.715
Outras contas a receber	12	106	-	Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas	22	561	2.839
Direito de uso	13	19.493	21.445	Adiantamento de clientes	20	174	3.610
Imobilizado	15	23.260	24.192				
Intangível	16	1.931	2.562	Total do passivo não circulante		20.022	28.164
Total do ativo não circulante		54.333	57.648	Patrimônio líquido			
				Capital social	24	16.696	16.696
				Reserva de capital		8.792	8.792
				Reservas de lucros		5.519	10.968
				Total do patrimônio líquido		31.007	36.456
Total do ativo		92.779	103.606	Total do passivo e patrimônio líquido		92.779	103.606

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do fluxo de caixa			
Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de Reais)			
	Nota explicativa	2024	2023
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		76.651	67.097
Ajustes de:			
Depreciação e amortização	15 e 16	7.803	6.905
Resultado da alienação de imobilizado		-	(58)
Baixa de imobilizado/intangível	15 e 16	797	657
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	10	(85)	301
Depreciação sobre direito de uso	13	4.300	4.405
Distritos de arrendamento	14	(47)	-
Juros sobre arrendamento	14	2.761	2.913
Provisão de bonificação de volume		1.680	3.090
Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas	22	(2.278)	806
Juros sobre alienação de investimentos	12	(98)	-
Outras provisões e correções monetárias	22	192	219
		91.676	86.335
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber de clientes	10	122	(5.720)
Tributos a recuperar	11	(2.073)	528
Despesas antecipadas		(101)	(8)
Outros ativos		(731)	(3.982)
Fornecedores	17	(1.284)	1.431
Obrigações sociais e trabalhistas	18	3.425	1.880
Obrigações tributárias	19	(600)	1.073
Adiantamento de clientes	20	(1.900)	9.383
Outros passivos		(2.871)	(3.100)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		85.663	87.821
Imposto de renda e contribuição social pagos	23	(7.065)	(11.527)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais		78.598	76.294
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisições de imobilizado/intangível	15 e 16	(7.037)	(9.533)
Aplicação Financeira	9	2.554	(1.494)
Recebimentos de alienação de investimentos	12	1.602	2.241
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento		(2.881)	(8.786)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos no exercício	24	(75.000)	(61.000)
Pagamentos de arrendamento	14	(6.613)	(6.610)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(81.613)	(67.610)
Redução em caixa e equivalentes de caixa		(5.896)	(102)
Caixa e equivalentes de caixa no inicio do exercício	8	6.574	6.677
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	8	678	6.574
Redução em caixa e equivalentes de caixa		(5.896)	(102)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido							
Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de Reais)							
	Reserva de lucros						
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total	
Em 31 de dezembro de 2022	16.696	8.792	3.339	16.816	-	45.643	
Dividendos 2022 aprovados - AGO 51°	-	-	-	(16.816)	-	(16.816)	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	5.1813	51.813	
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(12.953)	(12.953)	
Dividendos complementares	-	-	-	-	(31.231)	(31.231)	
Transferência entre reservas	-	-	-	7.629	(7.629)	-	
Em 31 de dezembro de 2023	16.696	8.792	3.339	7.629	-	36.456	
Dividendos 2023 aprovados - AGO 52°	-	-	-	(7.629)	-	(7.629)	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	6.9.551	69.551	
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(17.388)	(17.388)	
Dividendos complementares	-	-	-	-	(49.983)	(49.983)	
Transferência entre reservas	-	-	-	2.180	(2.180)	-	
Em 31 de dezembro de 2024	16.696	8.792	3.339	2.180	-	31.007	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas Sociedade Rádio Emissora Paranaense S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Sociedade Rádio Emissora Paranaense S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações no patrimônio líquido, das operações de caixa e operações de investimento e de financiamento, bem como as correspondentes provisões, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção "Responsabilidade do auditor" do relatório das demonstrações financeiras. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 23 de abril de 2024, sem ressalvas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis

adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Sociedade Rádio Emissora Paranaense S.A.
Responsabilidades do auditor da auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa

opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

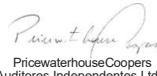
• Conduzimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se conduirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou indicar modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data do nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Esta página faz parte da edição 100% digital produzida pelo jornal Tribuna do Paraná

Curitiba, 30 de abril de 2025



 PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
2SP00160/-6

 Carlos Alexandre Peres
Contador CRC 1SP198156/I-07 CRC

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Sociedade Rádio Emissora Paranaense S.A. ("Companhia") com sede em Curitiba (PR) presta serviços sob regime de concessão pública não onerosa, de radiodifusão com finalidades educacionais, culturais, informativas, recreativas e serviços especiais de telecomunicações de qualquer natureza. Sua atividade principal é a retransmissão da programação da TV Globo para as regiões das cidades de Curitiba e Londrina com base em contrato comercial firmado com a TV Globo. Esse contrato também estabelece pagamento à TV Globo dos gastos relacionados diretamente com as receitas de publicidade veiculadas, tais como programação.

A Companhia atua integralmente com empresas no âmbito do GRPCOM – Grupo Paranaense de Comunicação, compartilhando algumas estruturas administrativas, cujos custos são atribuídos às empresas de acordo com critérios definidos em comum acordo entre estas empresas e que levam em consideração os correspondentes benefícios gerados.

As licenças federais necessárias para atividades de televisão são concedidas pelas autoridades governamentais brasileiras e aprovadas pelo Congresso Federal. Estas licenças são concedidas individualmente e por região de atuação, não sendo exclusivas e tendo um prazo pré-determinado, e atualmente as licenças encontram-se vigentes.

2 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 30 de Abril de 2025.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

a. Incorporação, separação e fusões

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2024 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 6.6 e 10 - Mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;

Notas explicativas 6.9 e 17 - Determinação do período de arrendamento e taxas de desconto;

Nota explicativa 6.4, 6.5, 14 e 15 - Revisão da vida útil e valor residual do ativo imobilizado e intangível;

Nota explicativa 22 - Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saldas de recursos; e

Nota explicativa 23 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, 6 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumarizadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados salvo disposição em contrário.

6.1 Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até 180 meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

6.2 Receita de contrato com o cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o serviço ao cliente.

Atéba afornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Tipo de serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Reconhecimento da receita conforme o CPC 47
Publicidade	A receita com publicidade é reconhecida após a veiculação das inserções de mídia contratadas pelo cliente. Os recebimentos das vendas ocorrem normalmente em um prazo médio de 26 dias. (28 dias em 2023)	A receita é reconhecida no mês em que o serviço é prestado ao cliente.
Direito de Uso de Programação	A Companhia possui receita relacionada a venda do uso de programação. A receita desse serviço é reconhecida somente após a realização do mesmo. Os recebimentos das vendas ocorrem normalmente em um prazo médio de 25 dias. (28 dias em 2023)	A receita é reconhecida no mês em que o serviço é prestado ao cliente.
Produção Comercial	A Companhia realiza serviços de produção comercial. A receita desse serviço é reconhecida somente após a realização do mesmo. Os recebimentos das vendas ocorrem normalmente em um prazo médio de 34 dias. (34 dias em 2023)	A receita é reconhecida no mês em que o serviço é prestado ao cliente.
Produção de Eventos	A Companhia realiza serviços de produção e cobertura de grandes eventos. A receita desse serviço é reconhecida somente após a realização do mesmo. Os recebimentos das vendas ocorrem normalmente em um prazo médio de 18 dias. (21 dias em 2023)	A receita é reconhecida no mês em que o serviço é prestado ao cliente.

Serviço de Geração Digital	A Companhia realiza serviços de envio de entrega e envio de materiais de mídia a serem veiculados por meio digital. A receita desse serviço é reconhecida somente após a realização do mesmo. Os recebimentos das vendas ocorrem normalmente em um prazo médio de 21 dias. (20 dias em 2023)	A receita é reconhecida no mês em que o serviço é prestado ao cliente.
----------------------------	--	--

6.2 Receitas e despesas abrangentes

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros sobre contas a receber de clientes e variação cambial. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros e variação cambial. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

6.3 Imposto de renda e contribuição social

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no resultado.

O encargo de Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dê margem a interpretações, e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento as autoridades fiscais.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente são apresentados líquidos, ou seja, descontando as contribuições para a previdência social quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando o resultado contábil de tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

6.4 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico (Nota explicativa nº 14), menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de item ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às estimativas estabelecidas para a parte de um item do imobilizado, já que esse método é o mais mais apropriado reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação é calculada sobre o valor histórico, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

As vidas úteis estimadas, para o período corrente e comparativo, são as seguintes:

Itens do imobilizado	2024	2023	Taxas médias anuais
Edificações	25	25	4%
Instalações	10	10	10%
Equipamentos Telecomunicação	5-20	5-20	20-5%
Máquinas e equipamentos	10	10	10%
Móveis e utensílios	10	10	10%
Equipamentos de informática	5	5	20%
Outros	7	7	14,29%

6.5 Intangível

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada, quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas, para o período corrente e comparativo, dos itens de depreciação, principalmente softwares e de 5 anos. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço, ajustados caso seja apropriado.

6.6 Instrumentos financeiros
Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a seguinte categoria de mensuração:

- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Reconhecimento e desreconhecimento

Os contas a receber e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade ou da prestação do serviço.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa desse passivo modificados são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Mensuração

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acreditado, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Impairment

A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: a. ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira:

. títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação do crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking).

Os títulos recebíveis passam por todas as etapas de cobrança (cobrança interna, Serasa, Assessoria terceirizada e comitê jurídico) e após esgotadas todas as possibilidades de recuperação, os valores não liquidados serão efetivamente contabilizados como incobráveis, dentro dos seguintes parâmetros:

. Valores abaixo de R\$ 15.000,00: Após 90 dias de vencido;

. Valores acima de R\$ 15.000,01: Após 360 dias de vencido.

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumenta significativamente se estiver com mais de 180 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

. é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou

. o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

. dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;

. quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;

. reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;

. a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou

. o desaparecimento do mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contabilizado em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou de contrapartida.

6.7 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos.

6.8 Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

6.9 Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato identifica o período de arrendamento, com base em suas previsões individuais.

No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizar os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento da data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subacente, restaurando o local em que esse ativo foi localizado e restaurando o ativo subacente à condição anterior, por termos de arrendamento e condições de arrendamento recebidas.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subacente ao arrendatário ao final do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução do valor recuperável, a menor.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada, mediante a taxa de juros de capitalização.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

. pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;

. pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;

. valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e

Esta página faz parte da edição 100% digital produzida pelo jornal Tribuna do Paraná

o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alterações nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

6.10 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil, tributária e regulatório) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida imediatamente que a probabilidade de liquidação relativa a esse quaisquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

7 Mudanças nas políticas contábeis, divulgações e principais eventos ocorridos durante o exercício de 2024

Alterações adotadas pela Companhia

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2024:

Alteração ao CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis;

Alteração ao CPC 06(R2) - Arrendamentos; e

Alterações ao CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciado.

As alterações mencionadas acima tiveram impactos materiais nas divulgações efetuadas pela Companhia.

Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2024. A adoção antecipada das normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC).

Alteração ao IAS 21 - Falta de conversibilidade;

Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros;

Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza;

IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras; e

IFRS 19 - Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas: Divulgações

Não se espera que essas novas normas e alterações de normas tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Não há outras normas contábeis ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2024

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e o COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS.

Foi também criado um Imposto Selvático ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma, a ser sancionado pelo presidente da República.

Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar.

Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

8 Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Caixa	88	77
Bancos – contas correntes	304	1.713
Aplicações Financeiras	286	4.784
Total	678	6.574

As aplicações financeiras correspondem a Certificados de Depósito Bancário – CDB e aplicações financeiras em fundos DI de renda fixa são indexados pela variação do Certificado de Depósito Interbancários - CDI, com taxa anual de remuneração de 98,44% do CDI em 2024 (102,28% do CDI em 2023). A administração espera utilizar estes valores no seu fluxo de caixa de curto prazo.

9 Aplicações financeiras

	2024	2023
Aplicações financeiras	-	2.554
	-	2.554

Correspondem a aplicações financeiras em fundo de ações exclusivo junto a instituição financeira BNY Mellon. Em 2023 a rentabilidade do fundo foi de 110,13% do CDI. Em 2024 o saldo integral da aplicação foi resgatado.

10 Contas a receber de clientes

	2024	2023
Publicidade	27.223	28.640
Permutas	1.790	646
Outros	1.997	1.846
Perda por redução ao valor recuperável	(2.516)	(2.601)
Total	28.494	28.530

As contas a receber de clientes têm a seguinte composição por vencimento:

	2024	2023	Vigência (anos)	Taxa (ao mês)
A vencer	26.641	26.013	5	0,85%
Vencidos até 30 dias	1.750	2.210	10	0,88%
Vencidos de 31 até 60 dias	98	68	15	0,93%
Vencidos de 61 até 90 dias	2	240	20	0,95%
Vencidos de 91 até 180 dias	6	50		
Vencidos de 181 até 360 dias	64	124		
Vencidos acima de 361 dias	2.449	2.426		
Perda por redução ao valor recuperável	(2.516)	(2.601)		
Total	28.494	28.530		

A provisão de perda por redução ao valor recuperável é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas prováveis nas contas a receber de clientes. Isto inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). A movimentação no período encontra-se apresentada a seguir:

	2024	2023	
Saldo em 1º de janeiro	(2.601)	(2.300)	
Valores baixados	205	22	
Constituição no período	(120)	(323)	
Saldo em 31 de dezembro	(2.516)	(2.601)	

Em 1º de janeiro de 2024

Baixas

Novos contratos

Atualizações de contratos

Juros apropriados no período

Amortização de arrendamentos

Em 31 de dezembro de 2024

Em 1º de janeiro de 2023

Novos contratos

Atualizações de contratos

Juros apropriados no período

Amortização de arrendamentos

Em 31 de dezembro de 2023

Em 1º de janeiro de 2022

Novos contratos

Atualizações de contratos

Juros apropriados no período

Amortização de arrendamentos

Em 31 de dezembro de 2022

Em 1º de janeiro de 2021

Novos contratos

Atualizações de contratos

Juros apropriados no período

Amortização de arrendamentos

Em 31 de dezembro de 2021

Em 1º de janeiro de 2020

Novos contratos

Atualizações de contratos

Juros apropriados no período

Amortização de arrendamentos

Em 31 de dezembro de 2019

Em 1º de janeiro de 2018

Novos contratos

Atualizações de contratos

Juros apropriados no período

Amortização de arrendamentos

Em 31 de dezembro de 2018

Em 1º de janeiro de 2017

Novos contratos

Atualizações de contratos

Juros apropriados no período

Amortização de arrendamentos

Em 31 de dezembro de 2017

Em 1º de janeiro de 2016

Novos contratos

Atualizações de contratos

Juros apropriados no período

Amortização de arrendamentos

Em 31 de dezembro de 2016

Em 1º de janeiro de 2015

Novos contratos

Atualizações de contratos

Juros apropriados no período

Amortização de arrendamentos

Em 31 de dezembro de 2015

Em 1º de janeiro de 2014

Novos contratos

Atualizações de contratos

Juros apropriados no período

Amortização de arrendamentos

Em 31 de dezembro de 2014

Em 1º de janeiro de 2013

Novos contratos

Atualizações de contratos

Juros apropriados no período

Amortização de arrendamentos

Em 31 de dezembro de 2013

Em 1º de janeiro de 2012

Novos contratos

Atualizações de contratos

Juros apropriados no período

Amortização de arrendamentos

Em 31 de dezembro de 2012

Em 1º de janeiro de 2011

Novos contratos

Atualizações de contratos

Juros apropriados no período

Amortização de arrendamentos

Em 31 de dezembro de 2011

Em 1º de janeiro de 2010

Novos contratos

Atualizações de contratos

Juros apropriados no período

Amortização de arrendamentos

Em 31 de dezembro de 2010

Em 1º de janeiro de 2009

Novos contratos

Atualizações de contratos

Juros apropriados no período

Amortização de arrendamentos

Em 31 de dezembro de 2009

Em 1º de janeiro de 2008

Novos contratos

Atualizações de contratos

Juros apropriados no período

Amortização de arrendamentos

Em 31 de dezembro de 2008

Em 1º de janeiro de 2007

Novos contratos

Atualizações de contratos

Juros apropriados no período

Amortização de arrendamentos

Em 31 de dezembro de 2007

Em 1º de janeiro de 2006

Novos contratos

Atualizações de contratos

Juros apropriados no período

Amortização de arrendamentos

Em 31 de dezembro de 2006

Em 1º de janeiro de 2005

Novos contratos

Atualizações de contratos

Juros apropriados no período

Amortização de arrendamentos

Em 31 de dezembro de 2005

Em 1º de janeiro de 2004

Novos contratos

Atualizações de contratos

Juros apropriados no período

Amortização de arrendamentos

Em 31 de dezembro de 2004

Em 1º de janeiro de 2003

Novos contratos

Atualizações de contratos

Juros apropriados no período

Amortização de arrendamentos

Em 31 de dezembro de 2003

as empresas pertencentes ao GRPCOM - Grupo Paranaense de Comunicação, onde os serviços financeiros, contábeis, recursos humanos e algumas despesas de infraestrutura necessárias para o adequado funcionamento das Empresas são rateados.

Recuperação de despesas (*)

	2024	2023								
Editora Gazeta do Povo S.A.	4.016	4.166	Rádio e Televisão Imagem Ltda.	83	77	Total				35.969
TV Oeste do Paraná Ltda.	1.625	1.451	Rádio Intercontinental Ltda.	80	95	Passivos				
TV Cultura de Maringá Ltda.	1.129	955	Editora o Estado do Paraná S.A.	65	72	Fornecedores				5.569
TV Esplanada do Paraná Ltda.	1.058	921	Rádio Continental de Curitiba Ltda.	35	36	Outras contas a pagar				233
TV Cataratas Ltda.	1.056	890	Total	16	18	Arrendamento				23.493
Rádio e Televisão Imagem Ltda.	957	769				Total				29.295
Rádio Intercontinental Ltda.	1.021	1.013								
Editora o Estado do Paraná S.A.	759	634								
Rádio Continental Ltda.	423	379								
Rádio Cultura de Marialva Ltda.	191	190								
Total	12.235	11.368								

(*) Do total de recuperação de despesas em 2024, R\$10.072 referem-se aos gastos compartilhados (R\$9.603 em 31 de dezembro de 2023). Adicionalmente aos gastos compartilhados a Companhia também recupera gastos que ocorrem exclusivamente para cada uma das empresas que compõem o GRPCOM, portanto, estão incluídas neste montante. O total de gastos recuperados desta natureza em 2024 foi de R\$2.160 (R\$1.773 em 2023).

27 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	2024	2023								
Provisão para contingências	(67)	(3.939)	Despesas			Recuperação de despesas (*)				
Reversão de contingências	1.519	1.164				2024	2023			
Resultado líquido na alienação do ativo imobilizado (i)	3.865	58								
Outras (despesas) receitas	455	926								
Total	5.772	(1.791)								

(i) Refere-se a venda dos Ativos (Veículos e equipamentos) correspondentes a Operação HDView.

28 Resultado financeiro, líquido

a. Receitas financeiras

	2024	2023								
Juros por aplicações financeiras	2.172	2.309								
Juros ativos	1.230	2.050								
Receita com Juros (a)	122	2.025								
Variação cambial ativa	15	175								
Outras receitas financeiras	101	9								
Total de receitas financeiras	3.640	6.566								

b. Despesas financeiras

	2024	2023								
Variação cambial passiva	(140)	(230)								
Juros passivos	(727)	(1.481)								
Despesas com juros de arrendamentos	(2.761)	(2.913)								
Despesas e tarifas bancárias	(36)	(35)								
Outras despesas financeiras	(26)	(124)								
Total de despesas financeiras	(3.690)	(4.783)								
Resultado financeiro, líquido	(50)	1.783								

a) Variação apresentada em 2023 refere-se a juros de atualização de crédito fiscais decorrentes do processo nº 5063480-63.2020.404.700.

29 Partes Relacionadas

As transações com partes relacionadas são realizadas e precificadas com base em condições específicas estabelecidas entre as partes e devem ser liquidados conforme acordado em contrato pré estabelecido.

Contas a Receber de Partes Relacionadas

	2024	2023								
			Ativos							
TV Cultura de Maringá Ltda.	90	91	Caixa e equivalentes de caixa	678						
TV Oeste do Paraná Ltda.	177	145	Contas a receber de clientes	28.494						
Editora Gazeta do Povo S.A.	764	823	Outras contas a receber	5.166						
TV Esplanada do Paraná Ltda.	86	93	Depósitos Judiciais	1.631						
TV Cataratas Ltda.	90	86								

31 Instrumentos Financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

31/12/2024

Ativos/Passivos financeiros ao custo amortizado

Em 31 de dezembro de 2024

Menos de um ano

Entre um e dois anos

Entre dois e cinco anos

Acima de cinco anos

Total

Fornecedores 5.569 - - - 5.569

Arrendamento 4.205 7.353 11.451 484 23.493

Em 31 de dezembro de 2023

Fornecedores 6.853 - - - 6.853

Arrendamento 3.328 8.993 12.207 515 25.043

32 Compromissos

Companhia é afiliada da TV Globo, e, por meio de contrato de convênio, detém os direitos de transmissão da programação em sua região de atuação. A Companhia tem cumprido

esse contrato, que tem como principais compromissos: atender ao padrão de qualidade de transmissão solicitada, retransmitir integralmente toda a programação artística e cultural disponibilizada pela emissora e reservar espaços publicitários para a veiculação dos anúncios requisitados pela TV Globo. O não atendimento destas condições pode ocasionar rescisão contratual com consequente perda dos direitos de transmissão da programação em sua região de atuação.

Mariano Lemanski

Presidente

Marcelo Fabiano de Souza Palombo

Contador CRC/PR 05639D/05



Anuncie suas **atas** e
editais aqui, ligue:

(41) 3515-8731

publicidadelegal@tribunadoparana.com.br

TRIBUNA

Esta página faz parte
da edição 100% digital
produzida pelo jornal
Tribuna do Paraná

TBR130525D.pdf

Código do documento a77d43eb-4307-4b43-83fb-2f94e9fba947



Assinaturas



EDITORIA O ESTADO DO PARANA SA:76568708000105

Certificado Digital

tppublicleg@tribunadoparana.com.br

Assinou

Eventos do documento

13 May 2025, 00:08:56

Documento a77d43eb-4307-4b43-83fb-2f94e9fba947 **criado** por EDITORA O ESTADO DO PARANA SA (d7977d86-df19-41d5-8598-d72d8b545190). Email:tppublicleg@tribunadoparana.com.br. - DATE_ATOM: 2025-05-13T00:08:56-03:00

13 May 2025, 00:10:14

Assinaturas **iniciadas** por EDITORA O ESTADO DO PARANA SA (d7977d86-df19-41d5-8598-d72d8b545190). Email: tppublicleg@tribunadoparana.com.br. - DATE_ATOM: 2025-05-13T00:10:14-03:00

13 May 2025, 00:10:43

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - EDITORA O ESTADO DO PARANA SA:76568708000105

Assinou Email: tppublicleg@tribunadoparana.com.br. IP: 191.177.142.5 (bfb18e05.virtua.com.br porta: 63020).

Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Certisign Certificadora Digital S.A.,OU=AC Certisign Multipla G7,OU=A1,CN=EDITORIA O ESTADO DO PARANA SA:76568708000105. - DATE_ATOM: 2025-05-13T00:10:43-03:00

Hash do documento original

(SHA256):6a926033b3e291b59efc46626e8cbf5a42e2961240c041357cd2dba5243702a9
(SHA512):054b47596ceb9f3b8fecbd377b1300a5d489206fcdfca0c4623aecb70d458ff5cc7788ed738f105f1fc1cab8b8d01ae0c06799eb915c282dae342e025d9251dd

Hash do documento anexo

(SHA256):2cdd772a0ea570163e9a70229604d246f051f4c29385ef06f1ec86a41ca6323c
(SHA512):7ab2ffca1e0d64e5bb6dbff19f2ec925546aa2013f807647449a4a91bc078cebc4080664717e2b31a8f0d5a09561c549dc459f5ca2a8fe6c21bada4fc900e93

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

